

16. INICIATIVAS RELACIONADAS COM A INFOINCLUSÃO E LITERACIA DIGITAL DA POPULAÇÃO ADULTA IDOSA

Gil HMPT

Escola Superior de Educação – Instituto Politécnico de Castelo Branco

A problemática da infoexclusão e do envelhecimento em Portugal e na EU-28

Em Portugal, tendo em consideração valores do Instituto Nacional de Estatística do «Inquérito à Utilização de Tecnologias da Informação e da Comunicação pelas Famílias Portuguesas», realizado em 2012, foi possível verificar-se que 96,8% dos jovens entre os 16 e os 24 anos utilizavam regularmente a internet comparativamente com apenas 16,4% dos indivíduos entre os 65 e os 74 anos de idade (INE, 2012a). Mais recentemente, dados estatísticos da PORDATA (2016) vêm mostrar que houve um acréscimo para 99,1% na faixa etária entre o 16-24 anos de idade, o mesmo acontecendo para a faixa etária entre os 65-74 anos de idade com um valor de 29%.

Uma investigação realizada por Gil (2015) que envolveu apenas uma população idosa com 65+ anos de idade, na região de Castelo Branco, uma das regiões mais envelhecidas do interior rural de Portugal veio apurar que apenas 10,3% desses indivíduos faziam um uso regular da internet. Os dados são fracamente claros e evidenciam a designada ‘digital divide’ entre gerações sendo muito mais afetada a população mais idosa. Contudo, estes dados de Portugal vêm evidenciar ainda um outro tipo de ‘digital divide’ entre a população mais idosa residente em zonas mais rurais. No mesmo sentido, dados do Eurostat (2016) relativos à utilização da internet pelos adultos idosos, entre os 65 e os 74 anos de idade, nos países da EU-28 referem uma média de utilização que se cifra em 45%. Este valor, muito superior à média de Portugal é atingido à custa de uma maior penetração da internet neste grupo etário no seio dos países do norte da Europa, contrastando com os países do sul, mais pobres e mais periféricos, onde a título de exemplo os valores variam entre os 12% (Bulgária), 13% (Roménia), 14% (Grécia), 26% (Portugal) e 31% (Espanha). Em contraste temos valores mais elevados que se situam nos 88% (Luxemburgo), 86% (Dinamarca) e 80% (Suécia). Como facilmente se constata, a ‘digital divide’ não só atinge de forma altamente penalizadora os mais idosos mas tem, de acordo com os dados apresentados, uma relação direta com aspetos associados ao país/região ao que também se associam outros fatores, tais como, o rendimento e as habilitações académicas.

O aumento da esperança média de vida que se concretiza num aumento da população mais idosa, situação que se aplaude, vem fazer com que esta ‘digital divide’ possa vir a persistir durante muito mais tempo e ter uma percentagem global ainda mais acentuada. Tomando como exemplo o caso de Portugal, de acordo com os resultados efetuados no último recenseamento de 2011 (INE, 2012b), o índice de envelhecimento correspondeu a 127,84.

Do mesmo modo, a Figura 2 representa a pirâmide de idades onde se comparam os valores encontrados por sexo (masculino e feminino) e entre os dois censos mais recentes que foram efetuados (2001 e 2011) onde se observa o gradual envelhecimento do país.

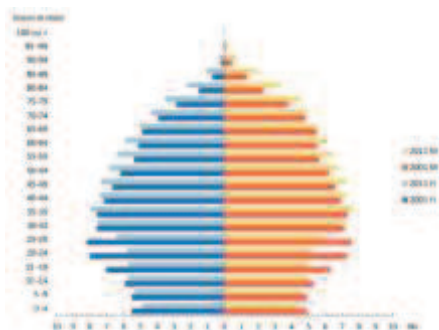


Figura 2: Pirâmide de idades de Portugal por sexo referente aos anos de 2001 e 2011 (INE, 2012b)

Em termos comparativos com a EU-28 o envelhecimento em Portugal reflete (de uma forma um pouco mais acentuada) um incremento claramente observável na Figura 3 que representa valores do ano de 2016 e uma estimativa para o ano de 2080

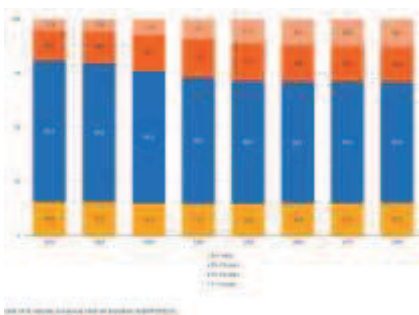


Figura 3: Estrutura da população na EU-28 no ano de 2016 e estimativa de evolução para o ano de 2080 (Eurostat, 2017).

Numa outra apresentação gráfica, a Figura 4 mostra a pirâmide etária da UE-28 relativa ao ano de 2016 e a estimativa de evolução para o ano de 2080, onde se evidencia um crescimento muito mais acentuado na população com 85+ anos de idade.



Figura 4: Pirâmide etária na EU-28 no ano de 2016 e estimativa de evolução para o ano de 2080 (Eurostat, 2017).

Tendo em conta os dados presentes e as projeções para o futuro relativamente ao incremento ‘sustentável’ da população mais idosa a problemática da ‘digital divide’ que os caracteriza torna-se uma prioridade a tomada de medidas e/ou de iniciativas que levem a um decréscimo rápido e acentuado dos respetivos níveis de infoexclusão.

Principais iniciativas europeias e de Portugal para a promoção da infoinclusão da população adulta mais idosa

A «Declaração de Riga – ICT for an Inclusive Society», apresentada em Riga em 2006 e subscrita por ministros da UE e da EFTA, poderá ser considerada como tendo sido a primeira grande iniciativa transnacional relacionada com a indicação de um diverso conjunto de pressupostos nos quais se incluíram propostas que visavam, em particular, a infoinclusão da população mais idosa (EU, 2006). Num total de 46 pressupostos onde se valoriza e enfatiza a importância das tecnologias digitais como sendo uma garantia para uma cidadania mais completa e mais adequado para todos os cidadãos no sentido de promover melhores índices de qualidade de vida e de bem-estar, podem-se destacar alguns desses pressupostos onde há uma clara preocupação para com a população mais idosa: pressuposto 2: participação ativa na sociedade; pressuposto 3: consciência de uma enorme infoexclusão dado que apenas 10% da população com 65+ anos usava a internet; pressupostos 4 e 8: associa o conceito de ‘eInclusion’ num sentido mais lato que inclui a participação e a coesão social; pressupostos 6 e 32: a infoinclusão como fator essencial para um melhor envelhecimento ativo; pressuposto 12: as tecnologias digitais associadas ao conceito de ‘assisted living’; pressupostos 19 e 34: o acesso, a usabilidade e as tecnologias assistivas; pressupostos 20 e 21: promoção de formação em tecnologias digitais para a aquisição de ‘e-skills’.

Na continuação das medidas mencionadas, é apresentada pela UE (2007) a iniciativa «i2010 Strategy and eEurope Action Plans: Ageing well in the Information Society – Action Plan on Information and Communications Technologies and Ageing». O seu principal objetivo era o de poder, em simultâneo, acompanhar as pessoas adultas mais idosas no sentido de poderem ter um envelhecimento mais seguro e mais autónomo através do desenvolvimento e inclusão das TIC. O plano de ação apresentado considerava três níveis de atuação: 1. Criar condições que pudessem prolongar a sua atividade profissional garantindo, ao mesmo tempo, um dado equilíbrio entre a sua vida active e a sua vida profissional. 2. Promovendo contextos que reduzissem o maior isolamento das pessoas adultas mais idosas que vivem num meio mais rural através do estabelecimento de uma comunicação em rede (aos serviços públicos e aos serviços comerciais) de forma a manterem-se socialmente ativas e criativas. 3. Fazer com que através das TIC sejam conseguidas as condições consideradas mínimas e suficientes que permitam envelhecer bem em casa com qualidade e com dignidade.

Ao mesmo tempo que eram implementadas estas iniciativas da EU-28, cada país membro fazia as respetivas adaptações e criava outros planos complementares mais ajustados às suas realidades económicas, sociais e culturais. Em Portugal a Fundação para a Ciência e Tecnologia – FCT – tem vindo a tomar um conjunto de iniciativas a partir de 2010 das quais se destacam (FCT, 2017a): Inclusão e Literacia Digitais: documento orientador que visa a promoção de um vasto conjunto de ações que promovam a inclusão digital e o desenvolvimento de competências digitais; Acessibilidade – Unidade de Acesso: possui como principal objetivo a plena acessibilidade digital através da adaptação de conteúdos associada a tecnologias de apoio com particular atenção para os cidadãos que possuam algum tipo de incapacidade de forma a poderem aceder e compreender esses conteúdos; Rede TIC e Sociedade: o seu foco consiste na promoção da aquisição e/ou desenvolvimento de competências digitais através da atribuição de Diplomas de Competências Básicas em Tecnologias da Informação e também promoveu a instituição do Prémio Inclusão e Literacia Digital; esta iniciativa criou diferentes perfis para que cada cidadão pudesse ter uma

intervenção ativa neste domínio: facilitador digital (Instituição ou indivíduo que poderá vir a facilitar a ‘alguém’ o acesso às tecnologias digitais com a respetiva disponibilização de um espaço físico e equipamentos), Produtor de Materiais Formativos (instituição que disponibiliza o espaço, o equipamento e o formador que devem estar associadas a instituições de ensino superior através da criação de ‘pacotes de formação’); Divulgador da Rede TIC (Pessoas ou instituições que incluam nas suas redes sociais esta iniciativa que pode ser mais formal através dos jornais, rádios e televisões); Detentor de Serviços Online (Empresas de telecomunicações e serviços públicos que divulguem a rede e que contribuam através da www ou de apps específicas a literacia digital); Mecenas da Rede TIC (pessoas ou instituições que através da lei do Mecenato possam contribuir para esta rede usufruindo de benefícios fiscais mas que contribuem para uma maior inclusão digital através dos seus donativos em prol da investigação e da disseminação de conteúdos e de serviços online).

Referências

- European Union (2006). Declaração de Riga «ICT for na Inclusive Society». (Acedido em 03.10.2017: http://ec.europa.eu/information_society/activities/ict_psp/documents/declaration_riga.pdf).
- European Union (2007). Envelhecer bem na sociedade da Informação: Plano de Acção no domínio ‘Tecnologias da Informação e das Comunicações e Envelhecimento’ i2010. (Acedido em 03.10.2017: <http://eur-lex.europa.eu/legal-content/PT/TXT/?uri=LEGISSUM:l24292>).
- Eurostat (2016). A look at the lives of the elderly in the EU today. (Acedido online em 03.10.2017: <http://ec.europa.eu/eurostat/cache/infographs/elderly/index.html>).
- Eurostat (2017). Population structured and ageing. (Acedido online em 03.10.2017: http://ec.europa.eu/eurostat/statisticsexplained/index.php/Population_structure_and_ageing).
- FCT (2017). Sociedade da Informação. (Acedido em 03.10.2017: <https://www.fct.pt/dsi/inclusaoacessibilidadeliteraciadigitais/redeticsociedade>).
- Gil, H. (2015). *Cidadania Digital 65+: A utilização das TIC, da e-Saúde e do e-Governo Local no concelho de Castelo Branco*. ISBN 978-972-798-363-6. Coimbra: Minerva Editora.
- INE (2012a). Inquérito à Utilização de Tecnologias da Informação e da Comunicação pelas Famílias Portuguesas. Lisboa: INE.
- INE (2012b). Censos 2011 – Recenseamento geral da população portuguesa: resultados definitivos. Lisboa: Instituto Nacional de Estatística.
- PORDATA (2016). Sociedade da Informação e Telecomunicações. (Acedido online em 03.10.2017: www.pordata.pt).

17. INICIATIVAS PÚBLICAS E DA SOCIEDADE CIVIL EM PORTUGAL RELACIONADAS COM A INFOINCLUSÃO E LITERACIA DIGITAL DA POPULAÇÃO ADULTA IDOSA

Gil HMPT

Escola Superior de Educação – Instituto Politécnico de Castelo Branco

No ano de 2015, foi aprovada e divulgada a «ENILD - Estratégia Nacional para a Inclusão e Literacia Digitais (2015-2020)» através da definição de políticas que fomentem uma sociedade mais participativa e mais comprometida através de uma apropriação mais extensiva e sistemática das TIC pelos adultos mais idosos, pelos adultos com menores qualificações académicas e profissionais. A sua ação compreende 3 eixos estratégicos: Eixo 1 – Competências Digitais; Eixo 2 – Rede TIC e Sociedade – Rede para a inclusão e literacia digitais; Eixo 3 – Recursos para a inclusão e literacia digitais (FCT, 2017b). Para a ENILD é